

CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DOS 20% DE CARGA HORÁRIA NESTA MODALIDADE

TRAINING FOR DISTANCE EDUCATION AND DIFFICULTIES OF IMPLEMENTING THE 20% OF TIME LOAD IN THIS MODALITY

LETICIA TONIETE IZEPPE BISCONCIM. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Docente do Centro Universitário - UNINGÁ.

WELINGTON JUNIOR JORGE. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Docente do Centro Universitário - UNINGÁ

DANIELA FERREIRA CORREA. Mestre em Promoção em Saúde e Novas Tecnologias pelo Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR. Diretora acadêmica do Centro Universitário - UNINGÁ.

EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA. Mestre em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Docente do Centro Universitário - UNINGÁ.

Endereço para correspondência: Rua Rafael Garcia 354. Jardim do Carmo. Maringá Paraná. E-mail: prof.leticiabisconcim@uninga.edu.br

RESUMO

O presente estudo, ao reconhecer a Educação a Distância (EaD) como um autêntico modelo de educação abrangente em todas as regiões do mundo, buscou investigar os primeiros desafios de implementação desse novo cenário, que extrapola os limites de tempo e espaço, precisando atuar no contexto da diversidade, das mudanças, transformações e multimodalidades. Os estudos de Castells (1999), Kenski (2009), Buran (2012) e Kress (2003) referenciam esse cenário, ajudando na compreensão de uma sociedade em rede, sem limites para o alcance da informação. Desse modo, por meio de uma pesquisa descritiva, buscou-se estudar um caso particular, um sistema determinado, compreendendo seu funcionamento e identificando as principais dificuldades na implementação dos 20 por cento de Educação a Distância. A falta de adaptação e envolvimento dos alunos com o processo, acarretaram um baixo rendimento, mostrando que atitudes dos estudantes e sua autonomia são essenciais para o bom andamento dos estudos em curso em EaD.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Implementação dos 20%. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present study, when recognizing Distance Education (EaD) as an authentic model of comprehensive education in all regions of the world, sought to investigate the first challenges of implementing this new scenario, which goes beyond the limits of time and space, and needs to act in the context of diversity, of changes, transformations and multimodalities. The studies of Castells (1999), Kenski (2009), Buran (2012) and Kress (2003) refer to this scenario, helping to understand a networked society without limits to the reach of information. Thus, through a descriptive research, we sought to study a particular case, a specific system, understanding its operation and identifying the main difficulties in implementing the 20 percent of Distance Education. The students' lack of adaptation and involvement with the process led to a low performance, showing

that students' attitudes and their autonomy are essential for the good progress of ongoing studies in EaD.

KEYWORDS: Distance education. Implementation of the 20%. Teaching learning.

INTRODUÇÃO

Se tomarmos por base a definição do termo dada por um dicionário da Língua Portuguesa, perceberemos que a palavra distância está conceituada como sendo o intervalo entre dois pontos; uma grande diferença; deixando marcado o afastamento, a posição de pouco ou menor desenvolvimento afetivo etc. Essa relação com a saudade, com sofrimento, com a ausência do outro, foi socialmente construída em nosso meio, marcada em poemas, músicas e outros gêneros textuais. Teve seu sentido em tempos atrás, quando eram escassos e morosos os meios de comunicação: cartas demoradas, telefonemas caros.

Buran (2012) descreve, dentro da telefonia, esse cenário evolutivo, começando pelo telefone analógico, transportando voz e sinais através dos pulsos elétricos, depois o telefone sem fio, utilizando a radiofrequência para se comunicar à base, ou à central de telefonia, o celular, transmitindo a voz e dados pelas ondas eletromagnéticas o VoIP (Voice over Internet Protocol), convertendo a voz e os dados em pacotes de dados, trafegados via internet e novamente convertidos em voz até chegarem ao seu destino, e tudo isso em fração de segundos.

Essas crescentes e constantes transformações trazem uma série de preocupações. Educadores receiam não estarem tão inseridos nesse processo e preparados para, então, conseguirem preparar seus alunos, capacitando-os para esse contexto contemporâneo, marcado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) que ocorre em todas as áreas.

Veremos que a cada dia novas formas de construir, recuperar e reconstruir informações via Web, são disponibilizadas via Web e utilizadas, tanto em atividades escolares, como no dia a dia de trabalho de muitos.

O conhecimento e o envolvimento com essas tecnologias tornaram-se requisitos para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Sua autonomia no manuseio dessas tecnologias é uma habilidade esperada para um bom desenvolvimento.

Talvez seja essa a palavra que deva permear todo nosso estudo, autonomia. Quanto às Instituições, percebemos a importância de investimento em tecnologia educacionais, bem como na educação a distância, acompanhando o processo, fazendo uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagens, os tão mencionados AVAs. É importante conhecer e empregar o que legalmente já fora estabelecido, desde 1996. Reconhecer que nossa atual legislação permite, até mesmo dentro dos cursos presenciais, a implementação de 20% de carga horária na modalidade EaD.

Desse modo, diante desse reconhecimento, o presente artigo se propõe a analisar alguns aspectos da implantação desta carga horária a distância em uma instituição de ensino superior (IES) no município de Maringá Pr, considerando que a regulamentação sobre os 20% é relativamente recente e apresenta algumas particularidades que precisam ser consideradas.

Neste artigo discute-se como esta possibilidade de inclusão do modelo semipresencial apresenta-se como uma ótima oportunidade para a reflexão sobre o ensino-aprendizagem como um todo. A questão inquietante da pesquisa é: quais estratégias uma IES pode adotar na inclusão dos 20% para conduzir um processo eficaz de ensino-aprendizagem?

Ao longo deste texto, alguns resultados serão apresentados, mostrando os problemas maiores encontrados no primeiro momento da fase de implementação, exatamente relacionados à autonomia, tanto do indivíduo quando da própria instituição. Com essa visão geral, pretende-se auxiliar educadores e gestores, atentando-os para os problemas que inicialmente podem ser levantados e servindo de guia para a construção de possíveis meios para corrigir e ultrapassar os obstáculos.

O CENÁRIO DA MUDANÇA

É unânime entre estudiosos considerarem nossa sociedade atual como “a sociedade da informação” e talvez agora até exista outro termo, mais evoluído e atual do que este que caracterize uma sociedade em constante evolução. Um processo que teve origem com a Revolução Industrial e em ritmos acelerados não mais parou. Se tomarmos por base o estudo de Castells (1999) perceberemos que essa nova era da informação já não é tão nova assim. Essas inúmeras mudanças influenciadas pelos avanços tecnológicos e pela quantidade de informações e conhecimento disponível, tem como marco a década de 80, estando ligada à expansão e reestruturação do capitalismo.

A evolução na telefonia foi apenas um exemplo para mostrar que a ideia de distância atrelada à dificuldade de comunicação já não tem mais sentido. O sofrimento causado pelo longo intervalo entre dois pontos não é mais tão pertinente, devido às inúmeras possibilidades de estreitamento dessas relações.

O fato é que o próprio pensamento negativista frente ao termo Educação a distância, talvez até alimentado por essa construção social de definição do próprio termo, também não mais se justifica. O primeiro ponto a ser considerado ou desconsiderado é o da ausência.

Ensino a distância não pressupõe ausência, e sim seu contrário, a presença por meio dos mais diversos recursos comunicativos empregados frente às mudanças evolutivas construídas. Pode-se afirmar haver uma convergência tecnológica dos meios de comunicação de massa, nos quais novas mídias surgem como uma extensão das mídias tradicionais, possibilitando ao público o acesso as informações numa grande variedade de dispositivos digitais.

Desse modo, é importante que o uso dessas tecnologias seja apropriado pelo professor, que precisará rever suas velhas formas de pensar os processos de aprendizagem, cidadania, cultura e de conhecimento (SOUZA; BONILHA, 2009). Castells (1999) rotula esse momento como a chamada sociedade em rede, na qual não existe limites para o alcance da informação.

Kenski (2009), por sua vez, traz o termo “tecnologia da inteligência”, oriundo da necessidade de expressar sentimentos e opiniões e de registrar experiências e direitos que acompanha o ser humano desde os tempos remotos. Para viabilizar a comunicação entre os seus semelhantes esse tipo de tecnologia foi criado, tendo por base algo imaterial, isto é, não existindo como objeto ou

máquina, mas como linguagem. A fim de utilizar essa linguagem em diferentes tempos e espaços, é que muitos processos e produtos foram desenvolvidos.

Esse cenário propiciou mudanças, dentre as quais Castells (2007, p. 119) retrata o surgimento de uma nova economia informacional, funcionando em rede, com alcance global. Foi no último quarto do século XX, quando a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material para esse novo cenário. Com isso, tem-se uma economia informacional porque para produzir e competir com outras regiões ou nações elas precisam gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação, com base em seus conhecimentos.

Funciona em rede porque devido às novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita de forma interativa entre as possíveis redes empresariais e é global pela possibilidade de alcançar diversas pessoas e locais, mediante essa rede de conexões. Assim, as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, seus componentes desde a arrecadação de capital, a matéria-prima, o trabalho, a informação, a administração, a tecnologia e mercados estão organizados de forma ampla e eficaz.

As mudanças ocorrem não só no cenário econômico, a educação, por sua vez, embalada pela expansão da indústria e, conseqüentemente, do capitalismo, se depara com a ideia da escola nova, ou a reconhecida escola progressiva (TEIXEIRA, 1968). Esse novo pensamento surge da preocupação com o excesso de tecnicismo nas salas de aula das escolas tradicionais. Não poderia a educação preparar indivíduos para um atuarem em um tempo que já não existia, a educação deveria ser capaz de formar pessoas preparadas para viver em um cenário de constante mudança.

As fórmulas outrora pré-estabelecidas, que objetivavam criar homens-máquina, deveria ser substituída por uma metodologia pautada na experiência e na cidadania. Enfim, a escola progressista tinha como desafio formar homens independentes e responsáveis por si mesmos, no que diz respeito ao seu próprio desenvolvimento como também à evolução da sociedade em que vivem.

No final do século XX, com o avanço da ciência e da tecnologia, reforça-se essa necessidade de independência e autonomia, considerando que os meios de comunicação e transporte começaram a propiciar mais mudanças na sociedade e nos meios de produção. Dessa vez, as vastas transformações extrapolavam os limites de tempo e espaço e, outra vez, a escola era desafiada a se adaptar a esse novo cenário.

Teixeira (1968) esclarece não serem as escolas as responsáveis pelas transformações na sociedade. Ele as compara aos romancistas, também acusados de corromperem o meio. Explicando que apenas refletem, o que já está acontecendo na sociedade. Através da educação, educadores buscam ajustar a escola às necessidades dessas transformações, procurando uma harmonia e adaptação.

Sendo assim, se pode afirmar que o contexto atual é justamente esse contexto da diversidade, das mudanças, das transformações, das multimodalidades.

Partindo da perspectiva da pedagogia dos multiletramentos ou multiliteracies (COPE E KALANTZIS, 2000; KRESS, 2003, 2010; KRESS; van LEEUWEN, 2001) consideram que, em virtude do crescimento da diversidade

linguística e cultural em um mundo globalizado, precisamos negociar diferenças todos os dias, e a influência das linguagens das novas tecnologias propiciam que o significado seja produzido a partir de modos variados (multimodais ou multimidiáticos) – escrita, imagens, sons, movimento. Kress (2003) afirma que se trata de um mundo que pode lidar muito bem com o gesto, a fala, a imagem, a escrita, os objetos em 3D, cores, músicas, dentre outros.

Certamente, é um cenário desafiador para o que conhecemos como “escola tradicional”, nos tradicionais métodos de ensino. O professor, que antes conduzia todo o processo, teve sua essência questionada e repensada. Fala-se, hoje, em conteudistas, tutores, monitores, coordenadores, ilustradores, apresentadores, palestrantes, consultores, pesquisadores, compiladores de conteúdo, web designers, revisores, diagramadores e diversos outros profissionais que, juntos, atuam de forma multidisciplinar, sendo indispensáveis para promoverem o ensino e a aprendizagem.

EDUCAÇÃO, ENSINO OU APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA

Quando iniciamos pelo significado que nos tem as palavras, podemos notar que os termos, embora utilizados como sinônimos, têm um diferente significado. O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, disponível também em sua forma *online* traz as definições. Por ensino, está o ato de instruir, dar lições a ... ou de, indicar algo. Por educação, o conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito. Por aprendizagem, o ato ou o efeito de aprender, sendo o resultado da experiência de quem aprendeu.

Tomando por base esse entendimento, se pode entender que a noção de ensino está atrelada, ainda, à noção de transmitir algo a alguém, o que pode carregar um pensamento tradicional, pautado ainda na figura de um professor que indica as lições, instrui e só. O conceito de educação se mostra mais abrangente, como um conjunto que leva ao desenvolvimento. Aqui, poder-se-ia entender a importância de um trabalho grupal, onde há vários envolvidos no processo que leva ao desenvolvimento do ser humano. A aprendizagem corresponde ao outro, ao efeito de todo o processo, o que estaria mais na responsabilidade do aluno do que daquele que oferece o conhecimento.

Geralmente a sigla EaD tem sido tomada, indistintamente, como representação dos termos educação a distância, ensino a distância ou ainda como aprendizagem a distância (*e-learning*), tanto na literatura sobre EaD, na prática cotidiana dos educadores de EaD, quanto entre os pesquisadores dessa área do conhecimento (MILL, 2012, p. 223).

Na visão do autor, a nomenclatura adequada seria aquela que abarca a noção de educação, a EaD, portanto.

Ele explica que o entendimento da sigla EaD como educação a distância é muito importante, pois ao conceber a visão de ensino, estaríamos mais apoiados em uma visão tradicional, na qual o foco está na difusão de conteúdos e na figura do educador, desconsiderando o papel do educando.

Diferentemente, ao considerar a sigla EaD como educação a distância, agrega-se uma ideia de maior interação entre professores e alunos, destacando-

se a questão do ensino-aprendizagem, em uma construção compartilhada do conhecimento, realizável pelo contato entre os diferentes participantes desse processo.

Assim, ao optarmos exclusivamente pelo uso do termo “ensino a distância”, poderíamos desvalorizar o processo de ensino-aprendizagem, em uma desconsideração do papel fundamental que tem o aluno. A nomenclatura “educação a distância”, por sua vez, é mais adequada, ao considerar o aluno como centro do processo. Diante de um corpo docente com várias nomenclaturas e munidos pelo uso de tecnologias o processo de ensino é construído, apoiando o educando, para o ato ou efeito de aprender, para a aprendizagem.

Como já foi colocado, estamos diante de um processo de docência compartilhada, onde professores, tutores, coordenadores e toda equipe antes citada, juntos são indispensáveis para o auxílio na aprendizagem do aluno e, portanto, seria também equivocado o uso da nomenclatura aprendizagem a distância (*e-learning*), na qual o estudante, geralmente, acaba sendo visto como autodidata ou capaz de aprender sozinho com o uso de materiais didáticos e sem a mediação dos educadores.

Para tanto, a adoção do termo EaD como educação a distância, enfatiza os quatro aspectos que o constituem, como apontam Moore e Kearsley (2008). O estudo da EaD é um estudo de aprendizado e ensino; algo planejado, e não acidental; se dá em um lugar diferente do local de ensino; é um estudo de comunicação por meio de diversas tecnologias.

Mill e Torres (2013) explicam que essa modalidade de educação não surgiu de repente, mas só apenas nos últimos anos é que ganhou novos olhares, o reconhecimento e credibilidade merecidos, principalmente aqui no Brasil.

Várias experiências significativas de EaD foram desenvolvidas ao longo do século XX, e há autores que demonstram indícios de que outras possam ter ocorrido antes disso. Em outras palavras, podem ser listadas várias experiências relevantes de EaD no Brasil e em outros países. (MILL, TORRES, 2013, p. 26).

Frente a todas as controvérsias que caracterizam a história da Educação a Distância, os autores concordam ter sido apenas nas duas últimas décadas que a modalidade conseguiu superar o preconceito que carregou ao desde seu início.

Essa diminuição do preconceito contra a modalidade ocorreu gradualmente devido aos avanços das telecomunicações e das tecnologias informáticas e ao surgimento da internet, que propiciaram excelentes condições de desenvolvimento de experiências mais abrangentes em Educação a Distância. A sociedade mudou e a educação precisou de inserir e adequar a esse processo.

Temos outras nomenclaturas, que mudam de acordo com a função exercida, mas a figura do professor não desapareceu, nem teve sua importância e função diminuídas.

O professor que trabalha com EAD é chamado de tutor e para atuar nessa função tem de ter nível superior e experiência mínima de um ano

no magistério do ensino básico ou superior ou ter ou estar cursando alguma pós-graduação. (FERNANDES, 2013, p. 123).

O papel de orientar e mediar ainda faz parte desse profissional que deve acompanhar o desenvolvimento dos alunos durante o curso, sendo responsável por orientar seus educandos na condução dos estudos e realização das atividades, explicar questões relativas aos temas abordados, esclarecer dúvidas e avaliar o desempenho durante o curso.

Cabe a ele também estar ciente das diversas formações educacionais de seus alunos, das adversidades pessoais e profissionais que cada um deles pode enfrentar, da distância geográfica existente entre ambos, dentre outras barreiras que podem comprometer um pleno aproveitamento do curso e uma plena aprendizagem.

A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Em 1996, com a promulgação da LDB 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação a distância passa a ser mencionada e reconhecida enquanto uma lei educacional do Brasil.

ARTIGO 80 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Desde o seu reconhecimento, no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, isto é, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a EAD vem sendo alvo de várias regulamentações legais. São resoluções, portarias e decretos que indicam os caminhos permitidos e normativos para o reconhecimento de suas ações.

Nesse artigo fica a cargo do poder público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, assim como para a educação continuada. Em seus parágrafos fica especificado que esse sistema deve ser organizado com aberturas e regimes especiais, oferecidos por instituições credenciadas e reconhecidas pela União.

É a União a responsável por regulamentar a realização de exames e registro de diplomas dos cursos na referida modalidade. Devem ser seguidas as normas para produção, controle e avaliação dos programas que oferecem os cursos, bem como concedida uma autorização para sua implementação. O parágrafo terceiro ressalta a possibilidade de haver cooperação entre os diferentes sistemas.

No parágrafo quarto, são apresentadas as formas de tratamentos diferenciados que cabem à educação a distância, bem como custos reduzidos para transmissão em canais comerciais, concessão de canais com finalidades educativas e “reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público”, para os que concedem os canais comerciais.

Na história recente do Brasil, é crescente a demanda por vagas no ensino superior, o que apresenta uma grande pressão sobre o poder público, para que haja um aumento no número de vagas, podendo atender à demanda da população que anseia adentrar essa etapa de ensino.

Se trata de uma necessidade social que traz como pano de fundo a justificativa de uma educação democrática, o que constitui um dos principais objetivos da EaD. Assim, em um contexto ainda deficiente de vagas, a Educação a distância surge como alternativa.

Atualmente, se pode considerar existir o interesse do governo pela EaD. Os avanços nas leis e na regulamentação no Brasil para a Educação a Distância e a geração de programas de formação superior do nível da Universidade Aberta do Brasil (UAB) mostram essa relação.

Com a inserção do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 e suas consequências legais essa forma de ensino passou por um aumento gigantesco.

Enquanto membros de uma sociedade, é de suma importância o entendimento sobre a evolução da EaD, com plena consciência de que ela se modificou ao longo dos anos e que em cada país, como no Brasil, especialmente, carregou novas características a partir das tecnologias que foram utilizadas em cada fase da história e em cada localidade de forma peculiar.

Segundo dados da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), em 2007, mais de dois milhões de estudantes realizaram algum curso a distância nas mais diversas áreas do conhecimento. Esse modelo de educação já pode ser encontrado em todas as regiões do mundo, e nos últimos anos, sua abrangência se desenvolveu rápida e vertiginosamente. Desse modo, não apenas fora aceita uma disciplina acadêmica por direito, como adentrou concretamente os sistemas de ensino disseminados por todo o país.

A LEI DOS 20 %

Tendo conhecido que a oferta de cursos a distância já fora prevista no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo passado pela última atualização pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, vale mencionar a portaria 4059/2004 por tratar da introdução de 20% de EaD na grade curricular de cursos de graduação no formato presencial. Mais recente, em 2016, esse formato foi reeditado.

Na primeira edição foi estabelecida a possibilidade de inclusão, na organização dos cursos superiores reconhecidos, de disciplinas integrantes dessa grade curricular que utilizassem a modalidade semipresencial. Ressaltando o fato de que todos os cursos, necessariamente, deveriam ser reconhecidos. A nova edição, por sua vez, vem facilitar esse processo com a não obrigatoriedade do reconhecimento. Desse modo, se a IES tiver ao menos um curso reconhecido, ela poderá ofertar os 20% na modalidade a distância.

Mais ainda, o Portal do Ministério de Educação noticiou em sua página principal no dia 26 de maio de 2017 algumas mudanças na legislação que regulamenta a educação a distância no país. Desde então, as instituições de ensino superior poderiam ampliar a oferta de seus cursos superiores de graduação e de pós-graduação. Um grande destaque foi a possibilidade de as próprias instituições criarem seus polos de EaD, bem como realizar o credenciamento de instituições nesta modalidade sem a exigência prévia de oferta no ensino presencial.

Isso quer dizer que as instituições poderão oferecer cursos a distância, sem a necessidade de simultaneamente oferecerem cursos presenciais. Segundo a assessoria de Comunicação Social essa medida servirá para que o PNE (Plano Nacional de Educação) atinja sua meta de número 12, que prima por conseguir elevar as taxas de matrícula no ensino superior, a bruta em 50 % e a líquida em 33%, considerando a população de 18 a 14 anos.

A mesma matéria apresentada neste Portal do Ministério da Educação traz dados do Censo da Educação Superior realizado em 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), “há no país 1.473 mil cursos superiores à distância ofertados cujo crescimento é de 10% ao ano, desde 2010. Atualmente, são mais de 1,3 milhão de estudantes matriculados, com crescimento de 50% entre os anos de 2010 e 2015” (BRASIL, 2017)

Ao considerar esse crescimento, que possivelmente ainda está aumentando, fica impossível admitir uma instituição que não “incorpore as atualizações nas tecnologias de comunicação e informação, nem os modelos didáticos, pedagógicos e tecnológicos consolidados no momento presente”, como ressaltou o ministro da educação, diante da revogação do decreto 9057/2017.

Assim, diante da flexibilidade de horários, do custo reduzido e da democratização no processo de produção, edição e distribuição do conhecimento em tempo real, não há forma, para negarmos esse modelo de educação.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, que busca estudar um caso particular ou um sistema determinado, procurando compreender seu funcionamento. Tal estudo visa ao entendimento global de um caso ou de um fenômeno. Stakes (1994) reforça tratar-se da escolha de objeto de estudo e não de um tipo de método, podendo, o estudo de caso ser uma pesquisa qualitativa ou quantitativa ou mesmo tendo uma parte de cada uma delas.

Ao iniciar uma área de investigação o estudo de caso pode ser muito útil para levantar uma descrição completa do fenômeno, sendo possível estabelecer os primeiros conhecimentos sobre ele, e, através dos dados levantados, construir hipóteses a serem testadas posteriormente, nesta ou em outra possível pesquisa.

Como se trata de um sistema educacional, acredita-se que os dados possibilitem uma compreensão global da estrutura do sistema e de seu funcionamento. É comum que este tipo de estudo forneça aos próprios envolvidos no sistema, informações úteis, como um feedback do seu funcionamento, uma compreensão das falhas e dos problemas existentes para que tudo possa ser visualizado, integrado e reformulado, caso seja necessário.

Desse modo, o caso analisado fora a implementação dos 20% EAD em um Centro Universitário do município de Maringá. A análise do processo se deu por meio de um relatório de notas, que permitiu ter uma visão geral das 13 disciplinas inseridas no regime EAD, dentro da instituição, sendo elas: Administração e Empreendedorismo; Algoritmo e Lógica da Programação; Biologia Celular; Engenharia e Segurança do Trabalho; Genética; Histologia e

Embriologia; Introdução à Engenharia; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Microbiologia e Imunologia; Parasitologia;/ Psicologia e Saúde Coletiva.

Do total de alunos, aparece o número (disposto em gráfico, do tipo pizza) dos que realizaram e não realizaram as atividades propostas. Na sequência, a média final, discriminando a porcentagem dos alunos acima da média, abaixo e muito abaixo da média.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Afim de ilustração, optou-se pela escolha da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, por seu número de alunos, já que se encontra presente na grade inicial de todos os cursos. Na Figura 1 encontra-se o relatório de notas da disciplina do primeiro bimestre, e é possível observar a quantidade de alunos que entregaram as atividades objetivas tanto na unidade 1 quanto na unidade 2, também o total de entregas das atividades dissertativas em um universo de 758 alunos.

RELATÓRIO DE NOTAS – MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA – 1º BIMESTRE

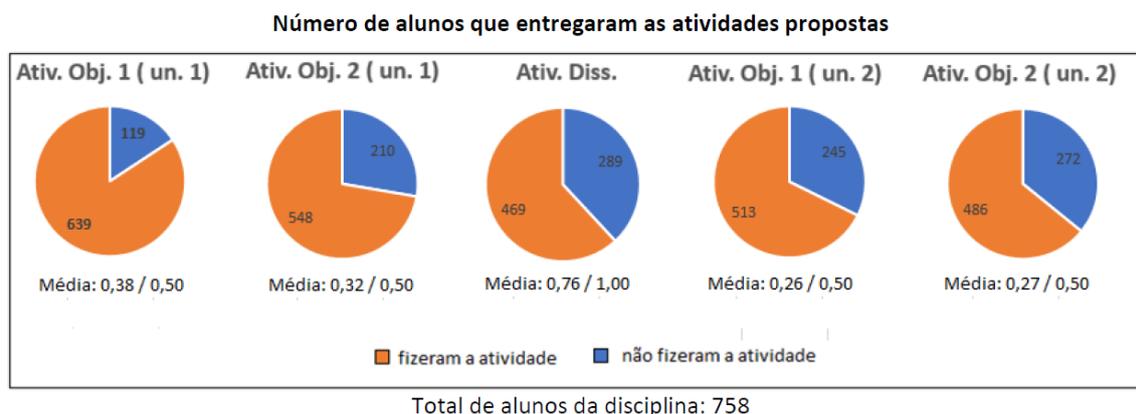
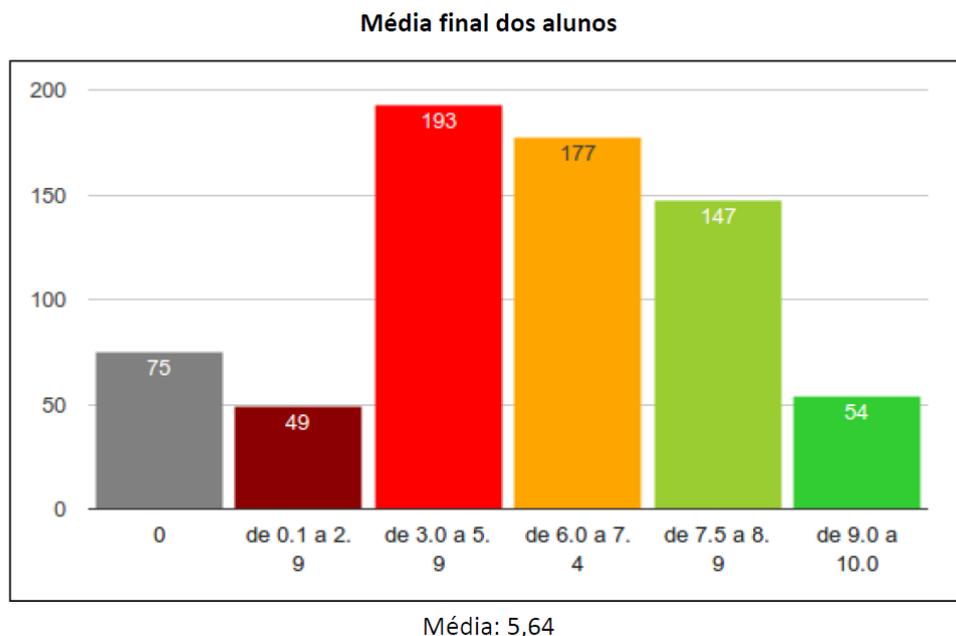


Figura 1 - Relatório de Notas da Disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa 1º Bimestre. **Fonte:** Os autores.

A Figura 2 demonstra a média final dos alunos por categoria, com intervalos de média. Para cada disciplina citada anteriormente foram criados gráficos como esses, mostrando o total de alunos e 5 atividades por eles a serem realizadas (Objetiva 1, Objetiva 2, Dissertativa, Objetiva 1 e Objetiva 2).

Tem-se, primeiramente, no gráfico em formato pizza, o número de alunos que fizeram e os que não entregaram as atividades. Em seguida, outro gráfico, com a média final do aluno.



- Alunos acima da média (6,0 a 10,0): 378 alunos (49,87%)
- Alunos abaixo da média (3,0 a 6,0): 193 alunos (25,46%)
- Alunos muito abaixo da média (0,0 a 3,0): 124 alunos (16,36%)

Figura 2 - Média Final dos Alunos. **Fonte:** Os autores.

Em nenhuma das treze disciplinas implantadas houve adesão total de alunos na realização das atividades via AVA. Como exemplificação, observou-se 4 delas no Quadro 1:

Quadro 01 – Total de Adesão das atividades da disciplina Administração e Empreendedorismo

Administração e Empreendedorismo 402 alunos	Ativ. 1	339 X 63
	Ativ. 2	328 X 74
	Ativ. dissertativa	264 X 138
	Ativ. 1	301 X 101
	Ativ. 2	310 X 92

Fonte: Os autores.

Os números mostram, primeiro os alunos que realizaram as atividades, seguidos daqueles que não as entregaram. Nesse caso, de Administração e empreendedorismo o resultado foi positivo, com 345 alunos acima da média, 20 abaixo e 24 muito abaixo. No Quadro 02 são demonstrados os dados da disciplina de Algoritmo.

Quadro 02 – Dados da disciplina de Algoritmo

Algoritmo 68 alunos	Ativ. 1	47 X 21
	Ativ. 2	41 X 27
	Ativ. dissertativa	21 X 47
	Ativ. 1	42 X 26
	Ativ. 2	37 X 31

Fonte: Os autores.

Nesta disciplina, de Algoritmo, considerada a proporção, aumenta o número dos que não realizaram as atividades, com destaque à dissertativa, que a grande maioria não realizou. O resultado ainda permaneceu positivo, com 40 alunos acima da média, 6 abaixo e 24 muito abaixo. No Quadro 03 são demonstrados os dados da disciplina de Genética.

Quadro 03 – Dados da disciplina de Genética

Genética 211 alunos	Ativ. 1	143 X 68
	Ativ. 2	135 X 76
	Ativ. dissertativa	126 X 85
	Ativ. 1	124 X 87
	Ativ. 2	117 X 94

Fonte: Os autores.

Permanece grande o número de alunos que não entrega as atividades. Aqui, o resultado foi de 79 alunos com média cima, 58 abaixo e 55 muito abaixo. No Quadro 04 são demonstrados os dados da disciplina de Micro e Imuno.

Quadro 04 – Dados da disciplina de Micro e Imuno

Micro e Imuno 216 alunos	Ativ. 1	148 X 68
	Ativ. 2	142 X 74
	Ativ. dissertativa	109 X 104
	Ativ. 1	137 X 79
	Ativ. 2	127 X 89

Fonte: Os autores.

Embora o número de alunos mude de acordo com a disciplina, a média de alunos que não realizam as atividades segue a mesma proporção. Nesta disciplina, especificamente, com o resultado mais negativo, com apenas 37 alunos acima da média, 64 abaixo e a maioria, 97, muito abaixo da média.

Por meio desses dados se pode ressaltar e repensar muitas questões. É preciso considerar, portanto, se tratar de um processo novo para a instituição, para todo o corpo docente e para os educandos. Uma fase de teste diante das

condições de estudo oferecidas, da familiaridade de toda a equipe e, principalmente dos alunos com o AVA, da aprovação dos conteúdos ministrados, da escolha da plataforma, da organização da equipe, de todo funcionamento do suporte técnico e da capacitação de toda a equipe para a forma semipresencial.

Leite (2009) pondera que ao se decidir pela virtualidade nas práticas pedagógicas, deve-se alinhar toda ela aos desafios da atualidade, estando aptos a enfrentar questões diferentes daquelas habituais presencialmente, que centram-se no que o professor fala e dita. O ensino aprendizagem virtual exige de todos os envolvidos, uma releitura dos processos, teorias e práticas de nossa didática.

Os resultados mostraram que muitos alunos ainda não deram a devida importância para as atividades realizadas via AVA, o que pode ter ocorrido por uma série de processos, alguns, anteriormente mencionados.

Por hora, talvez a chave para dar continuidade a esse processo é a percepção de que falta, ainda, autonomia. Avaliações internas precisam ocorrer para que mudanças externas sejam estimuladas. Nesse sentido, é necessário aos educadores repensarem suas práticas pedagógicas frente às novas tecnologias, melhorarem a comunicação e reforçarem a importância do papel do aluno autônomo nesse modelo de ensino. Faz-se necessário também que os alunos sejam incluídos na era digital, com o devido aporte suficiente para entender e participar de todo o processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância (EaD), desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que a validou legalmente como modalidade educacional, ao implementar o texto do seu artigo 80, tem passado por grandes transformações e garantindo cada dia mais espaço na sociedade brasileira.

Todo esse crescimento permite-nos repensar a concepção clássica que tínhamos sobre ensino-aprendizagem. O perfil esperado tanto dos estudantes, quanto dos educadores, sofreu intensas alterações. Já não faz sentido pensar que professores e alunos devem obrigatoriamente estar no mesmo lugar e no mesmo horário para que o conhecimento seja construído.

Do lado do estudante, algumas atitudes são essenciais para o bom andamento dos estudos.

Existem diferentes tipos de alunos que fazem uso da educação à distância, sendo em sua maioria adultos. Entre estes, o estudante típico é um indivíduo que está na EAD a fim de adquirir competência para poder ter acesso à universidade, para ter um curso de licenciatura ou bacharelado, aumentar a sua empregabilidade, buscar uma melhor colocação no mercado de trabalho, ter ascensão hierárquica na empresa, aprender habilidades específicas (contabilidade, língua estrangeira etc.), entre outras (MARTINS, 2017, p. 25).

Todavia, de todos esses tipos, se espera que o aluno: Organize o tempo e espaço pessoal para estudo, organize uma agenda de atividades, delimitando

prioridades, mantenha organizado também o material didático e o cronograma de realização das atividades, além de disciplina pessoal e comprometimento.

Esse comprometimento ultrapassa a obrigação dos alunos, estendendo-se a todos os indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É preciso compromisso para rever conceitos já arraigados, abrindo-se para receber o novo e aceita-lo, disseminando essa nova forma de ensino-aprendizagem, em prol da construção de conhecimentos de modo autônomo e eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação** – Secretaria de Educação Superior. Portaria do MEC/SESUnº. 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta o artigo 81 da LDB 9.394/96 e revoga Portaria nº. 2.253/2001. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/89>>. Acesso em: 26 jan. 2018

BRASIL. **Ministério da educação**. Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais>>. Acesso em: 30 dez. 2017

BURAN, Bruno. **A evolução das telecomunicações**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/a-evolucao-das-telecomunicacoes/13730>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio: Paz e Terra, 1999. (2007). V. 1 e 2.

FERNANDES, Patrícia Cunha. **O papel do tutor na educação à distância**. PORTAL EDUCAÇÃO, 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/44228>> Acesso em: 02 out. 2017.

KALLAJIAN, Gustavo Cibin. **A Sociedade da Informação e suas implicações na Educação**. Disponível em: <<https://www.cadernovirtual.com.br/sociedade-da-informacao-e-educacao/>>. Acesso em 30 out. 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LEITE, L.S. Prefácio. In: SILVA, A.C. da (Org.) **Aprendizagem em ambientes virtuais e educação a distância**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MANGAN, P. K. V; ORTH, M; DIAS, M. L. **Estratégias institucionais para a implementação dos 20% de EaD nos cursos de graduação a distância**. CVA-RICESU. 2009. Comunidade Virtual de aprendizagem. Disponível em: <<http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/view/184/134>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MARTINS, Júlio C,A. **Metodologia da Educação a Distância** – Itaúna: GAM, 2017.

MILL, D. **Docência virtual: uma visão crítica**. Campinas: Papyrus. 2012.

MILL, Daniel. TORRES, Maria A. G. **Introdução a EAD**. Editora Unimontes: Montes Claros, MG, 2013.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson, 2008.

OLIVEIRA, M.R.; LIMA, V.S. O estudante da EaD: seu papel e sua organização para o estudo. In: OTSUKA, J.L.; MILL, D.; OLIVEIRA, M.R. (org.). **Educação a Distância: formação do estudante virtual**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. 5. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.